



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

1

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

Processo Administrativo Nº 2026-MAN-102733

O Diretor Geral do SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, com julgamento **GLOBAL**, destinado ao recebimento de propostas tendo como **OBJETO: Fornecimento de Cabos Elétricos de potência destinados à recomposição da Alimentação Elétrica da ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LODO (ETL) DO SEMASA**, em conformidade com a Lei nº **14.133/2021**, da Instrução Normativa SEGES/MPE nº 073/2022, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Federal nº 8.538/15, do Decreto Municipal nº 12.840/2023, bem como, as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, e Portaria (SEMASA) nº **016/2026** de **13/02/2026**.

Retirada do Edital: A retirada do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO** poderá ser efetuada no endereço eletrônico: www.gov.br/compras e www.semasaitajai.com.br/licitacoes. **Cód. UASG Nº 926888.** = “*Quando houver divergência entre os itens cadastrados do sistema COMPRASGOV, prevalece os itens do EDITAL*”.

Esclarecimentos e informações aos licitantes: Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições deste Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO** deverão ser efetuadas mediante solicitação por escrito, até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura dos envelopes de PROPOSTA DE PREÇO, no SEMASA - Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, na Gerência de Licitações e Contratos, ou, ainda, pelo e-mail: licitacoes@semasaitajai.com.br

Endereço e horário de expediente: O SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, está situado na Rua Heitor Liberato, 1.200, bairro Vila Operária, Itajaí/SC, e tem seu expediente das **13 às 19 horas**.

Data da Sessão Pública: **14/ 05 /2026 às 14:00 horas**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. Os recursos orçamentários necessários ao presente Edital, no montante estimado, **correrão** por conta dos recursos da(s) dotação(ões) orçamentária(s) própria, prevista no orçamento do SEMASA para o exercício vigente, na classificação abaixo:

1.1.1. **567 - 17.512.101.2.105.3.3.90.00.00.**

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas
- 3.3. A participação nesta Licitação implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório;
- 3.4. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidas as exigências previstas neste edital e apresentada a documentação que comprove o compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrita pelas consorciadas.
- 3.4.1. Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação exigida para habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista de forma individual.
- 3.4.2. Deverá ser indicada no ato da proposta a empresa líder do consórcio, que será a responsável pela comunicação e representação formal do consórcio perante o SEMASA durante a licitação e a execução do contrato.
- 3.4.3. Os documentos de constituição e registro do consórcio deverão ser apresentados à Autarquia no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data da homologação do certame, podendo ser prorrogado por igual período, desde que, devidamente requerido e justificado pelo Consórcio Contratado.
- 3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.6. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 3.6.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 3.6.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.6.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º § 1º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.6.5. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

3.6.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.7.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

3.7.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.7.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.7.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.7.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.7.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.7.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.7.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas em lei e em normas específicas.

3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 4.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.3. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 4.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 4.5. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item, conforme quantidade e unidade de medida prevista no Anexo I do Edital – Termo de Referência.
 - 5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.4. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência quando indicados no Termo de Referência.
- 5.5. **Deverá ser observado quando da elaboração da proposta:** Prazo de Entrega; Local de Entrega; Do Recebimento; Forma de Pagamento e Garantia do **PRODUTO**.
- 5.6. O SEMASA reserva-se no direito de verificar as informações sobre a qualidade e característica do **PRODUTO**, ofertado pelo licitante, através de diligências ou vistorias *in loco*.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

5.7. No(s) preço(s) proposto(s) deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas, transporte, salários, carga tributária, alvará, emissão de relatórios, as taxas municipais, estaduais e federais, as despesas indiretas, o lucro bruto da licitante e os demais custos mencionados nas especificações, constantes do **ANEXO, TERMO DE REFERÊNCIA**, necessários à completa prestação do **PRODUTO** licitado.

5.8. O preço ofertado será sempre o preço final, nele devendo estar computado todas as despesas que incidam sobre o contrato as quais ficarão a cargo da futura contratada.

5.8.1. **Em qualquer fase do procedimento licitatório e/ou da execução do contrato, prevalecerá sempre o TERMO DE REFERÊNCIA em detrimento das possíveis redações das PROPOSTAS DE PREÇO.**

5.8.2. A proposta deverá conter, para fins de análise da conformidade do produto, certificado de conformidade vigente emitido por OCP acreditado pelo INMETRO e ficha técnica do produto ofertado, compatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. Quando o julgamento por lote, o lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, respeitando, assim, o valor máximo dado no orçamento estimado.

6.5.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada item/lote ou percentual de desconto a depender do critério de julgamento.

ATENÇÃO: Aos licitantes que descumprirem as cláusulas do edital ou seus anexos, serão aplicadas as penalizações previstas na legislação.

Portanto, é imprescindível que as empresas licitantes apresentem seus lances e propostas de forma consciente, com a certeza de que poderão manter os valores ali indicados e, conseqüentemente, cumprir com a entrega do objeto da forma como foi disposto no conjunto licitatório e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser **R\$ 1,00 (um real)**.

6.10. O valor estimado da contratação é de **R\$ 118.376,00 (Cento e dezoito mil, trezentos e setenta e seis reais)**.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02(dois) minutos do período de duração da sessão pública.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 6.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço/menor desconto, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24(vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.21. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 6.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será considerado conforme **art. 60 da Lei 14.133/21**, na seguinte ordem:
- 6.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar novo lance em ato contínuo à classificação;
- 6.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.28.5. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.28.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.28.5.2. empresas brasileiras;

6.28.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.28.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.29. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o Art. 60 da 14.133/21, proceder-se-á a **sorteio** das propostas empatadas pelo **sistema comprasgov**, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.30. O Pregoeiro verificará a proposta vencedora, desclassificando desde logo aquela que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.30.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.30.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.32. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, [acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital](#).

6.34. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

6.35. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

6.36. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, quando esta existir, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

6.37. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

7.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.3.1. contiver vícios insanáveis;

7.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.4. No caso de **bens** e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

7.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

7.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.5.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24(vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.13. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação;

8.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, conforme previsto nos artigos 14, da Lei 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2.1. SICAF;

8.2.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.2.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.2.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.2.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 8.2.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
 - 8.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
 - 8.3.2. **É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.**
 - 8.3.3. O descumprimento do subitem acima implicará a **inabilitação** do licitante.
- 8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 8.6. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados
- 8.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.10.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.11. Prazo de validade dos documentos:
- 8.11.1. A documentação exigida deverá ter validade, no mínimo, até a data da abertura da sessão pública;
- 8.11.2. Os documentos que omitirem o prazo de validade serão considerados como válidos pelo período de 6 (seis) meses, em conformidade com os emitidos pela Fazenda Federal, pelo princípio da analogia, previsto no art. 4º da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro.
- 8.12. **Habilitação jurídica:**



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 8.12.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.12.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.12.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.12.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.12.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.12.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.12.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.
- 8.12.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.12.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.12.10. No caso de Consórcios de empresas: compromisso de constituição (qualquer que seja sua forma de constituição);
- 8.12.11. Certidão de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial, do ano civil corrente, exigível nos termos da Lei Complementar nº 123/06;
- 8.12.12. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.13. Regularidade fiscal e trabalhista:



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

17

- 8.13.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)** do Ministério da Fazenda ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.13.2. prova de inscrição no cadastro de **contribuintes municipal ou estadual**, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 8.13.3. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional (**Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**);
- 8.13.4. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Estadual** (**Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Estadual**);
- 8.13.5. prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Municipal** (**Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida por órgão da Secretaria da Fazenda Municipal**), na forma da lei;
- 8.13.6. prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS** (**Certificado de Regularidade do FGTS – CRF**), fornecido pela Caixa Econômica Federal, de acordo com a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
- 8.13.7. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (**Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**);
- 8.13.8. prova do cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.
- 8.13.9. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.14. **Qualificação Econômico-Financeira:**



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 8.14.1. Prova de regularidade mediante a apresentação de **certidão negativa de feitos sobre Falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 8.15. **Qualificação Técnica:**
- 8.15.1. Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica ou declaração emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado**, comprovando que a licitante realizou fornecimento compatível em característica com o objeto da presente licitação;
- 8.15.1.1. O(s) atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da emitente, datado e assinado e, deverá referir-se a fornecimentos concluídos, com especificação dos fornecimentos realizados e informações relativas ao desempenho do fornecimento.
- 8.16. **Demais Especificações:**
- 8.17. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.18. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.18.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.19. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.20. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 8.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.23. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor, contendo os preços unitário e total atualizados em conformidade com a melhor oferta na sessão pública, deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da adjudicação no sistema eletrônico e deverá:
 - 9.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
 - 9.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
 - 9.1.3. **A proposta deverá conter, para fins de análise da conformidade do produto, certificado de conformidade vigente emitido por OCP acreditado pelo INMETRO e ficha técnica do produto ofertado, compatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.**
- 9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 9.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 9.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 9.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 9.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 9.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 9.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.
- 9.7. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 9.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10(dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 10.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, em campo próprio do sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03(três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente – DIRETOR GERAL DO SEMASA – homologará o procedimento licitatório.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

13.2. O prazo de vigência do contrato será **40 (quarenta) dias, contados da assinatura do contrato**, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Itajaí, sendo o prazo de execução do contrato prorrogável na forma da lei;

13.2.1. **A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento, no caso de correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou a partir da data de envio do e-mail, no caso de correio eletrônico para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.**

13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

13.4. Previamente à contratação a Administração realizará Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

13.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

13.5.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

13.6. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste edital de **PREGÃO ELETRÔNICO**, independentemente de transcrição.

14. DO PREÇO

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, em **14/04/2026**.

13.2. Caso o prazo acima exceda 12 (doze) meses, os preços contratuais serão reajustados de acordo com o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, tomando-se por base **as determinações constantes no art. 92. § 3º da lei 14.133/21**.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajaí.com.br

- 14.1. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do reajuste, atendendo, portanto, o disposto no Art. 92, § 3º da Lei 14.133/21 e de acordo com a vigência do contrato.
- 14.2. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do contrato.

15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

- 15.1. O **PRODUTO** deverá ser entregue do seguinte modo, em conformidade com as especificações técnicas do **TERMO DE REFERÊNCIA** anexado ao edital, no seguinte local: **Rua Otto Hoier, 134, Itajaí – SC.**
- 15.2. A contratada deverá informar previamente ao SEMASA a data e hora da entrega, com no mínimo 2 (dois) dias de antecedência.
- 15.3. Fica o SEMASA isento de qualquer custo de transporte, carga, descarga, embalagens, seguros, tributos ou custos adicionais de qualquer natureza que venham a incidir sobre o **PRODUTO** constantes dessas especificações.
- 15.4. O prazo para fornecimento do **PRODUTO** deverá ser de , contados da data de Assinatura deste Contrato.
- 15.5. O recebimento do objeto será:
- 15.5.1. Provisório, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal 14.133/2021
- 15.5.2. Definitivo, nos termos do art. 140, inciso II, alínea “b”, do dispositivo legal supracitado.
- 15.6. É ressalvada ao SEMASA a devolução do **PRODUTO**, se este não estiver dentro das especificações exigidas neste **PREGÃO ELETRÔNICO** em especial o seu **ANEXO, TERMO DE REFERÊNCIA**;
- 15.7. A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da mesma pelo SEMASA, sendo sua confirmação definitiva condicionada à conferência dos dados relacionado na nota fiscal do **PRODUTO**, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

16. DA GARANTIA

- 16.1. O prazo de garantia contratual dos bens/produtos, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 16.2. Sendo necessário o encaminhamento para troca ou qualquer outro procedimento por parte do SEMASA do **PRODUTO** dentro do prazo da garantia, o transporte dos mesmos correrá por conta da empresa licitante, bem como o deslocamento de seus técnicos até o SEMASA.

17. DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

- 17.1. No interesse da Administração do SEMASA, o objeto deste **PREGÃO ELETRÔNICO** poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, conforme disposto no [artigo 125, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 17.2. A CONTRATADA vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os aumentos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado da nota de empenho.
- 17.3. As supressões poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes.

18. DA EXTINÇÃO

- 18.1. O contrato poderá ser extinto nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações e nos moldes definidos na minuta contratual anexa.
- 18.2. Nos casos de extinção, previstos nos [incisos I a III e IX do artigo 155 da Lei nº 14.133/21](#), sujeita-se, a empresa contratada, ao pagamento de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

- 19.1. Caberá ao **SEMASA**:
- 19.1.1. quando necessário, permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências do SEMASA, para a entrega do **PRODUTO** referente a este **PREGÃO ELETRÔNICO**;



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 19.1.2. prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao **PRODUTO**, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 19.1.3. aprovar, quando necessário, o cronograma físico definitivo da entrega do **PRODUTO**, apresentado pela licitante vencedora;
- 19.1.4. rejeitar o **PRODUTO** entregue equivocadamente, em desacordo com as orientações passadas pelo SEMASA ou com as especificações constantes do Ato Convocatório, em particular, de seu **ANEXO, TERMO DE REFERÊNCIA**.
- 19.1.5. solicitar que seja substituído o **PRODUTO** que não atender às especificações constantes do **ANEXO, TERMO DE REFERÊNCIA**.

19.2. Caberá à **licitante vencedora**:

- 19.2.1. responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como:
 - a) salários;
 - b) seguros de acidentes;
 - c) taxas, impostos e contribuições;
 - d) indenizações;
 - e) vale-refeição;
 - f) vale-transporte; e
 - g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- 19.2.2. responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração do SEMASA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo em consequência da entrega do **PRODUTO** em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo SEMASA;
- 19.2.3. manter os seus técnicos e funcionários sujeitos às normas disciplinares do SEMASA, porém sem qualquer vínculo empregatício com a Autarquia;
- 19.2.4. respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do SEMASA;
- 19.2.5. arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto do SEMASA;



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 19.2.6. responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do SEMASA, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnico e funcionários durante a execução deste Contrato;
- 19.2.7. responsabilizar-se por todo transporte necessário à retirada e entrega **do PRODUTO**, documento e outros em relação ao objeto contratado, bem como por ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados;
- 19.2.8. entregar o **PRODUTO**, constante desta licitação, em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pelo SEMASA;
- 19.2.9. responsabilizar-se pela perfeita entrega **do PRODUTO**, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos;
- 19.2.10. comunicar a **Diretoria de Saneamento** do SEMASA qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- 19.2.11. **a licitante vencedora** deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo SEMASA, atender aos chamados da **Diretoria de Saneamento** no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado da comunicação oficial;
- 19.2.12. inteirar-se, junto ao SEMASA, por intermédio da **Gerência de Suprimentos e Patrimônio**, dos detalhes de entrada e saída, na área de prestação de serviços, de seu pessoal, veículos, equipamentos, materiais e demais pertences de sua propriedade, adotando as medidas de segurança exigidas;
- 19.2.13. cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho;
- 19.2.14. manter, durante toda a execução do objeto do contrato em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital deste **PREGÃO ELETRÔNICO**;
- 19.2.15. executar o objeto nas condições, no preço e nos prazos constantes deste Edital;
- 19.2.16. não contratar servidor pertencente ao quadro do SEMASA, durante a execução do objeto contratado.
- 19.2.17. não veicular publicidade acerca do objeto deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, salvo se houver prévia autorização da Administração do SEMASA.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

19.2.18. **não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.**

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do dia seguinte do recebimento da **Nota fiscal** e do **PRODUTO**, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.2. **Deverá constar da NOTA FISCAL o nome do banco, agência e o nº da conta bancária receptora do depósito, além de outros dados indispensáveis para a efetivação do pagamento.**

20.3. As notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Infraestrutura – SEMASA (Autarquia do Município de Itajaí) deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF – de acordo com as normas vigentes (Decreto Municipal 12.984/2023).

20.4. Poderão ser efetuados, pagamentos por meio de boletos bancários.

20.5. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

20.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 20.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 20.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 20.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, será aplicado, sobre os respectivos valores, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE** pro-rata die.
- 20.15. O SEMASA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos etc., devidos **pela licitante vencedora**, previstos em lei ou nos termos deste **PREGÃO ELETRÔNICO**.
- 20.16. Nenhum pagamento será efetuado **à licitante vencedora** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, o licitante/adjudicatário que:
 - 21.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

21.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

21.1.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3.1. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.4. não assinar o termo de contrato, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da notificação, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.5. apresentar documentação falsa;

21.1.6. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.7. não manter a proposta;

21.1.8. cometer fraude fiscal;

21.1.9. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.9.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.9.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.9.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.10. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.11. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2. Pelos motivos que seguem os licitantes vencedores também estarão sujeitos às penalidades tratadas na condição anterior:

I – pelo fornecimento do **PRODUTO** em desconformidade com o especificado;



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

II – pela não substituição, no prazo estipulado, do **PRODUTO**;

III – pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste **PREGÃO ELETRÔNICO**;

- 21.3. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 21.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.5. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.5.1. advertência;
 - 21.5.2. multa;
 - 21.5.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 21.5.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 21.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 21.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 21.6.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 21.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 21.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 21.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.7. **advertência** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 21.8. **multa** moratória de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do contrato licitado, até o limite de 30 (trinta) dias:
- 21.9. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 21.9.1. Para as infrações previstas no [artigo 155, incisos IV a VII da Lei nº 14.133/2021](#), incluindo deixar de apresentar amostra ou apresentar amostra em desacordo com as especificações do edital a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 21.9.2. Para as infrações prevista no [artigo 155, incisos VIII a XII da Lei nº 14.133/2021](#), a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 21.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 21.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 21.11.1. Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 30% (trinta por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a extinção do contrato.
- 21.11.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 21.11.3. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 21.11.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 21.11.5. **Impedimento de licitar e de contratar** com o Serviço Municipal de Água, Saneamento e Infraestrutura - SEMASA e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 03(três) anos conforme art. 156 § 4º da Lei 14.133/21;



- 21.11.6. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;
- 21.12. Comprovado o impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, o licitante vencedor ficará isento das penalidades mencionadas.
- 21.13. As sanções de advertência, impedimento de contratar com o SEMASA, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas **ao licitante vencedor** juntamente com as de multa prevista no contrato.
- 21.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 21.18. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 21.19. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 21.20. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 22.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@semasaitajai.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada na Gerência de Licitações e Contratos do SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura, que está situado na Rua Heitor Liberato, 1.200, bairro Vila Operária, Itajaí/SC, CEP: 88303-101, e tem seu expediente das **13 às 19 horas**.
- 22.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, nos mesmos moldes do item **22.2**.
- 22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão através do site www.gov.br/compras, no link correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, **o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas**, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo considerados os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração do SEMASA.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras e <http://www.semasaitajai.com.br/licitacoes>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Heitor Liberato, 1.200, bairro Vila Operária, Itajaí/SC, CEP: 88303-101, nos dias úteis, no horário das **13 horas às 19 horas**, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

24. SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL:

- 24.1. ANEXO I – Termo de Referência;
 - 24.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 24.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preço;
- 24.3. ANEXO III – Minuta do Contrato;

Itajaí, 29 de abril de 2026

Celso Hugo Praun Filho

Diretor Geral

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**Processo Administrativo Nº 2026-MAN-102733****ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CABOS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA DESTINADOS À RECOMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LODO (ETL) DO SEMASA**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO ComprasGov	CÓDIGO e-Pública
1	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90° : condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor preta .	483332	77773
2	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90° : condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor azul .	483332	77776
3	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90° : condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à	483332	77774

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO ComprasGov	CÓDIGO e-Pública
			chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor branca .		
4	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90° : condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor vermelha .	483332	77775

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens/produtos objeto desta contratação são **caracterizados como comuns**.

1.4. O prazo de vigência da contratação é até **40 (quarenta) dias**, contados da data da assinatura do contrato.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em **Tópico específico do Estudos Técnico Preliminar**, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Plano de Contratações Anual está sendo elaborado em conjunto com o município de Itajaí. Portanto, no presente momento, ainda não há previsão sobre a contratação, especificamente, no PCA.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste no fornecimento integral de novos cabos elétricos de potência, tecnicamente compatíveis com a instalação existente da ETL, destinados à

recomposição completa do trecho entre o Quadro Geral de Baixa Tensão – QGBT e o Centro de Controle de Motores – CCM.

Foram avaliadas, para atendimento da necessidade administrativa, alternativas como a recomposição parcial com reaproveitamento de remanescentes e execução de emendas, bem como a adoção de solução provisória ou improvisada. Tais alternativas foram afastadas por não se mostrarem adequadas sob os pontos de vista técnico, operacional e econômico, uma vez que tendem a elevar os riscos de falhas de isolamento, aquecimento por resistência de contato, recorrência de manutenção corretiva e redução da confiabilidade do circuito alimentador.

Dentre as alternativas avaliadas, a solução que se mostrou mais vantajosa foi a aquisição integral de novos cabos elétricos de potência, com características compatíveis com a infraestrutura existente, assegurando maior confiabilidade operacional, preservação da capacidade de carga do sistema, redução da probabilidade de falhas futuras e recomposição definitiva da infraestrutura atingida.

Os materiais a serem fornecidos deverão consistir em cabos elétricos flexíveis de cobre, com tensão de isolamento de 0,6/1 kV, classe térmica de 90°C, isolamento em HEPR, seção nominal de 150 mm², observadas as cores de identificação previstas para as fases e neutro, em conformidade com o quantitativo definido neste Termo de Referência.

A solução deverá assegurar compatibilidade com instalação fixa de potência em baixa tensão, adequação à infraestrutura existente e aptidão para posterior lançamento e conexão no sistema da ETL, sem necessidade de adaptações indevidas do material fornecido. Também deverá garantir uniformidade construtiva e elétrica entre os condutores que compõem cada fase e o neutro, em razão do paralelismo exigido no circuito.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais para Atendimento ao Objeto

4.1.1. Os materiais fornecidos deverão consistir em cabos elétricos flexíveis de cobre, com tensão de isolamento de 0,6/1 kV, classe térmica de 90°C, isolamento em HEPR e seção nominal de 150 mm², nas cores preta, branca, vermelha e azul-claro, conforme quantitativos previstos neste Termo de Referência. Os cabos deverão ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento, isentos de emendas de fabricação, defeitos, avarias, deformações ou quaisquer vícios que comprometam seu desempenho elétrico, mecânico ou sua vida útil.

4.1.2. O fornecimento deverá observar a recomposição integral do alimentador da ETL na configuração técnica validada pela área requisitante, correspondente a 8 vias de cabos de 150 mm², sendo 2 cabos por fase e 2 cabos para o neutro. Os condutores deverão apresentar uniformidade construtiva, elétrica e térmica, de modo a garantir equilíbrio de corrente, segurança da instalação e confiabilidade operacional do circuito.

4.1.3. Os cabos fornecidos deverão ser compatíveis com instalação fixa de potência em baixa tensão e aptos à futura reinstalação no trecho entre o Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT) e o Centro de Controle de Motores (CCM) da ETL, sem necessidade de adaptações no material entregue.

4.1.4. Os materiais deverão atender, no mínimo, às normas ABNT NBR 7286 e ABNT NBR NM 280. A gravação na cobertura do cabo deverá ser legível, indelével e realizada em intervalos regulares ao longo de toda a sua extensão, contendo, no mínimo: identificação do fabricante, seção nominal de 150 mm², tipo de isolamento HEPR, tensão de isolamento de 0,6/1 kV e referência à norma ABNT NBR 7286.

4.1.5. Para fins de recebimento do objeto, a contratada deverá apresentar, obrigatoriamente, para o lote fornecido:

- a) certificado de conformidade do INMETRO vigente, emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo INMETRO;
- b) relatório de ensaios de rotina (laudo de fábrica) do lote fornecido, em conformidade com a ABNT NBR 7286, contemplando, no mínimo, os ensaios de resistência elétrica, tensão elétrica/rigidez dielétrica e resistência de isolamento;
- c) certificado ou declaração de procedência do cobre, emitido pelo fabricante, atestando a utilização de cobre eletrolítico com pureza mínima de 99,9%.
- d) ficha técnica detalhada do produto, contendo, no mínimo, diâmetro externo, capacidade de condução de corrente para diferentes métodos de instalação e raio mínimo de curvatura.

4.1.6. Deverá ser apresentada ficha técnica detalhada do produto ofertado, contendo, no mínimo, diâmetro externo, capacidade de condução de corrente para diferentes métodos de instalação e raio mínimo de curvatura.

4.1.7. No recebimento, serão verificados a integridade física dos materiais, a conformidade das cores e metragens, a identificação obrigatória na cobertura, a correspondência entre os documentos apresentados e o lote entregue, bem como a ausência de avarias, cortes, deformações ou defeitos aparentes.

4.1.8. O Edital e o Contrato definem de forma ampla as condições e características que autorizam o recebimento do objeto.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.2. Garantia do Objeto

4.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens/produtos, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.2.2. A contratada deverá assegurar a garantia integral de qualidade, funcionamento e desempenho dos bens/peças fornecidos e/ou dos serviços executados, conforme prazo acima, contados a partir da entrega definitiva do objeto, independentemente do prazo de vigência contratual.

4.2.3. Durante o período de garantia, a contratada se obriga a reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas, no prazo máximo fixado pela Administração, qualquer vício, falha ou defeito identificado, decorrente de projeto, fabricação, execução ou de materiais utilizados.

4.2.4. O descumprimento das obrigações de garantia sujeitará a contratada às **sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, sem prejuízo da responsabilidade civil pelos danos decorrentes.

4.3. A exigência da garantia de qualidade do objeto não se confunde com o prazo de vigência contratual, permanecendo plenamente exigível mesmo após o encerramento formal do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. O prazo de execução do objeto será de 40 (quarenta) dias.

5.1.1.2. Início da execução do objeto: 1 (um) dia após a assinatura do contrato.

5.1.1.3. O objeto será executado mediante fornecimento integral dos materiais descritos neste Termo de Referência, observados os quantitativos, especificações técnicas, condições de entrega, critérios de recebimento e prazo de garantia estabelecidos neste instrumento.

5.1.2. Local e horário da entrega do(s) produto(s)

5.1.2.1. A entrega do(s) produto(s) deverá(ão) ser no seguinte endereço:
Almoxarifado do SEMASA: Rua Otto Hoier, 134, Itajaí – SC.

5.1.2.2. A entrega do(s) produto(s) deverá(ão) ser no seguinte horário: de segunda a sexta-feira em dias úteis, das 8h às 18h.

5.1.3. **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.1.4. Especificação da garantia do produto/serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.1.4.1. O prazo de garantia contratual do produto/serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.1.5. **Mecanismos de Comunicação**

5.1.5.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 5.1.5.1.1. Ordem de Serviço;
- 5.1.5.1.2. Ata de Reunião;
- 5.1.5.1.3. Ofício;
- 5.1.5.1.4. Sistema de abertura de chamados;
- 5.1.5.1.5. E-mails e Cartas;

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. A garantia será prestada com vistas a manter os materiais fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens/produtos que apresentarem vício ou defeito no **prazo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.6. O custo referente ao transporte do material coberto pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização do Contrato

6.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.6.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual ficará sob a responsabilidade do servidor Gilnei Almeida de Souza/Engenheiro Eletricista.

Gestor do Contrato

6.6.3. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.6.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.6.5. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.6.6. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.6.7. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.7. O gestor do contrato, (William de Melo/Gerente de Manutenção), deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens/produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens/produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 5 (cinco) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente,

verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

7.8. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** contados a partir do dia seguinte do recebimento da **Nota fiscal**. Na existência de erros, a fiscalização aguardará a regularização por parte da contratada, iniciando-se novo prazo para conferência e pagamento.

7.9. As notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Infraestrutura – SEMASA (Autarquia do Município de Itajaí) deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF – de acordo com as normas vigentes (Decreto Municipal 12.984/2023).

7.10. Deverá constar da NOTA FISCAL o nome do banco, agência e o nº da conta bancária receptora do depósito, além de outros dados indispensáveis para a efetivação do pagamento.

7.11. Não serão efetuados, em hipótese alguma, pagamentos por meio de boletos bancários.

7.12. O SEMASA poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos etc., devidos **pela licitante vencedora**, previstos em lei ou nos termos do contrato.

7.13. Nenhum pagamento será efetuado **à licitante vencedora** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

7.14. No caso de atraso pelo Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE *pro-rata die* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, modo “aberto”, com adoção do critério de julgamento **GLOBAL** pelo **MENOR PREÇO**.

8.2. Será realizado por valor global.

- **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- **Habilitação Jurídica**

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas

Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de

outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

- **Qualificação Econômico-Financeira**

8.22. Prova de regularidade mediante a apresentação de **certidão negativa de feitos sobre Falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

- **Qualificação Técnica**

8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/produtos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.23.1. O(s) atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da emitente, datado e assinado e, deverá referir-se a fornecimentos concluídos,

com especificação dos fornecimentos realizados e informações relativas ao desempenho do fornecimento.

8.23.2. **A proposta deverá conter, para fins de análise da conformidade do produto, certificado de conformidade vigente emitido por OCP acreditado pelo INMETRO e ficha técnica do produto ofertado, compatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.**

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo total estimado da contratação é de R\$ 118.376,00 (cento e dezoito mil e trezentos e setenta e seis reais), conforme custos unitários abaixo:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Empresa 01	Empresa 02	Empresa 03	Empresa 04	MÉDIA	TOTAL
1	Cabo flexível de cobre 150 mm ² - 0,6/1 kV HEPR 90° PRETO	200	m	150,68	134,59	142,62	164,00	147,97	R\$ 29.594,00
2	Cabo flexível de cobre 150 mm ² - 0,6/1 kV HEPR 90° AZUL	200	m	150,68	134,59	142,62	164,00	147,97	R\$ 29.594,00
3	Cabo flexível de cobre 150 mm ² - 0,6/1 kV HEPR 90° BRANCO	200	m	150,68	134,59	142,62	164,00	147,97	R\$ 29.594,00
4	Cabo flexível de cobre 150 mm ² - 0,6/1 kV HEPR 90° VERMELHO	200	m	150,68	134,59	142,62	164,00	147,97	R\$ 29.594,00
VALOR TOTAL									R\$ 118.376,00

10. (ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação indicada no Edital.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

Itajaí, 16 de abril de 2026.

JEFFERSON REICHEL DE QUEIROZ ANDRADE
Diretor de Saneamento

WILLIAM DE MELO
Gerente de Manutenção



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

Processo Administrativo Nº 2026-MAN-102733

APÊNDICE I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de recomposição da alimentação elétrica da Estação de Tratamento de Lodo (ETL) do SEMASA, localizada na Captação São Roque, em Itajaí/SC, em razão da interrupção total do fornecimento de energia elétrica aos painéis do sistema, situação identificada em vistoria técnica realizada em 18/02/2026.

Conforme registrado no **Relatório PI 230840 – HABITARK – SEMASA – ETL** e no **Boletim de Ocorrência – Registro 0200562/2026-BO-00601.2026.0009900**, após testes no Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT) e no Centro de Controle de Motores (CCM) da ETL, verificou-se que não havia tensão chegando ao disjuntor geral do painel da unidade, tendo sido identificado furto dos cabos de alimentação no trecho entre os painéis. Os documentos também registram a remoção de duas caixas de passagem, deixando trechos da infraestrutura comprometidos e impossibilitando a realização de testes de funcionamento da unidade.

A ETL integra a infraestrutura operacional do sistema de saneamento da Autarquia, de modo que sua indisponibilidade compromete a regularidade das rotinas operacionais da unidade, impede a plena utilização dos equipamentos associados ao processo de tratamento e impõe risco de prolongamento da paralisação de parte relevante da infraestrutura instalada. A contratação pretendida busca restabelecer a integridade do circuito de alimentação elétrica, permitindo a retomada das condições adequadas de operação, segurança e confiabilidade do sistema.

Ressalta-se que os registros de campo constantes do relatório e do boletim apontaram, em caráter preliminar, a existência de aproximadamente 100 metros de trecho afetado e a necessidade de recomposição estimada de 7 vias. Contudo, a validação técnica da configuração original do circuito de alimentação da ETL demonstrou que a recomposição integral deve observar a solução com 8 vias de cabos, sendo 2 cabos por fase e 2 cabos para o neutro, mantendo a capacidade de carga prevista no sistema e a compatibilidade com a instalação existente. Dessa forma, embora o trecho físico afetado seja de cerca de 100 metros, a recomposição integral do circuito demanda 800 metros lineares de cabos de potência.

A necessidade consiste na aquisição de cabos elétricos de potência adequados à recomposição do trecho entre o QGBT e o CCM, de forma tecnicamente compatível com a configuração do sistema, economicamente justificável e apta a restabelecer a operacionalidade da ETL com segurança.

2. ÁREA REQUISITANTE

Diretoria de Saneamento – Gerência de Manutenção.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação tem por objeto o fornecimento de cabos elétricos de potência destinados à recomposição da alimentação elétrica da Estação de Tratamento de Lodo – ETL, no trecho

compreendido entre o Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT) e o Centro de Controle de Motores (CCM), em substituição ao cabeamento subtraído, cuja ausência inviabilizou o funcionamento da unidade. A solução deverá ser apta a restabelecer a integridade física e funcional do circuito, assegurando compatibilidade com a instalação existente e com as condições operacionais da ETL.

Os materiais a serem fornecidos deverão consistir em cabos elétricos flexíveis de cobre, com tensão de isolamento de 0,6/1 kV, classe térmica de 90°C, isolamento em HEPR e seção nominal de 150 mm², observadas as cores de identificação previstas para as fases e neutro, conforme detalhamento do quantitativo. Tais características correspondem à solução técnica já definida no projeto original para atendimento da infraestrutura existente e da capacidade de carga exigida pelo sistema.

A contratação deverá observar, como requisito essencial, a recomposição integral do alimentador na configuração técnica de 8 vias, correspondentes a 2 cabos por fase e 2 cabos para o neutro, ainda que os registros preliminares de campo tenham indicado, em estimativa inicial, 7 vias. A validação técnica posterior consolidou a necessidade de 8 vias para preservação da capacidade de condução de corrente, do balanceamento do circuito e da conformidade com a configuração elétrica requerida para operação segura da ETL.

Os cabos fornecidos deverão ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento, isentos de emendas de fabricação, defeitos, avarias, deformações ou quaisquer vícios que comprometam seu desempenho elétrico, mecânico ou sua vida útil. Deverão apresentar uniformidade construtiva e de características elétricas entre os condutores que compõem cada fase e o neutro, de modo a evitar desequilíbrios, aquecimento excessivo ou incompatibilidades no funcionamento do sistema. Esse requisito decorre diretamente da necessidade de paralelismo dos condutores no circuito alimentador.

A solução contratada deverá ser compatível com instalação fixa de potência em baixa tensão, adequada ao ambiente e à finalidade de uso, permitindo posterior lançamento e conexão no sistema existente sem necessidade de adaptações indevidas no material fornecido. Considera-se requisito da contratação que os cabos atendam às normas técnicas aplicáveis às instalações elétricas de baixa tensão e aos padrões usuais de mercado para essa classe de produto, assegurando condições mínimas de segurança, confiabilidade e durabilidade da recomposição.

Como requisito funcional, a contratação deve permitir a retomada das condições de energização da ETL com segurança operacional, considerando que a vistoria técnica registrou ausência de tensão no disjuntor geral do painel, corte dos cabos de alimentação e impossibilidade de realização de testes de funcionamento da unidade. Assim, o material a ser adquirido deve ser plenamente apto a recompor o circuito atingido e viabilizar a futura reinstalação do alimentador em conformidade com a configuração definida pela área técnica.

A solução mais adequada não é a recomposição parcial por meio de emendas sucessivas ou reaproveitamento de remanescentes, mas sim o fornecimento integral de novos cabos, tendo em vista os riscos técnicos já identificados: especialmente quanto à integridade da isolamento, estanqueidade, formação de pontos de aquecimento e redução da confiabilidade do alimentador crítico da unidade.

Os materiais devem consistir em cabos elétricos flexíveis de cobre, 0,6/1 kV, isolamento HEPR 90°C, seção 150mm².

3.1. Normas Técnicas Aplicáveis

O fornecimento deve observar rigorosamente as seguintes normas:

- ABNT NBR 7286: Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etilenopropileno (EPR, HEPR ou EPR 105) para tensões de 0,6/1 kV.
- ABNT NBR NM 280: Condutores de cabos isolados.

- ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão (forma de instalação).

3.2. Condições Operacionais e Ambientais

A escolha dos cabos HEPR ocorre pela necessidade de serem adequados para:

- Instalação subterrânea em eletrodutos ou canaletas;
- Ambientes sujeitos a alta umidade e eventual submersão temporária;
- Resistência mecânica compatível com o lançamento em infraestrutura existente, suportando esforços de tração durante a instalação.

4. DEMAIS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução objeto deste ETP caracteriza-se como fornecimento de bem comum, consistente na aquisição de cabos elétricos de potência destinados à recomposição da alimentação elétrica da ETL, com especificações usuais de mercado e passíveis de descrição objetiva no Termo de Referência. Em razão dessa característica, a contratação mostra-se compatível com a modalidade pregão, nos termos da legislação aplicável.

A solução deverá ser entendida como fornecimento de material elétrico, não abrangendo, neste objeto específico, a execução da instalação, ligação ou comissionamento do sistema. Contudo, os cabos fornecidos deverão ser plenamente compatíveis com a infraestrutura existente e aptos à futura reinstalação no circuito entre o QGBT e o CCM da ETL, sem necessidade de adaptações indevidas no material entregue.

Embora não se trate de contratação que exija assistência técnica continuada, manutenção especializada ou suporte operacional permanente por parte do fornecedor, os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, acompanhados das garantias legais e contratuais aplicáveis, assegurando a substituição de itens que apresentem defeitos de fabricação, desconformidade com as especificações exigidas ou vícios identificados no recebimento.

Deverá ser assegurada homogeneidade entre os materiais fornecidos, especialmente em razão da configuração do circuito com cabos em paralelo. Assim, os condutores destinados a cada fase e ao neutro deverão possuir as mesmas características construtivas, elétricas e térmicas, evitando desequilíbrios de corrente, aquecimento excessivo, redução da vida útil ou comprometimento do desempenho do alimentador.

Também constitui requisito relevante da contratação que a solução adotada seja definitiva e tecnicamente segura, afastando-se alternativas improvisadas ou de recomposição parcial baseadas em emendas sucessivas ou reaproveitamento de condutores remanescentes. O fornecimento integral de novos cabos mostra-se necessário para assegurar continuidade elétrica, confiabilidade operacional, integridade da isolação e redução de riscos de falhas futuras em alimentador crítico da unidade.

A contratação deverá observar, ainda, que a solução selecionada decorre de necessidade concreta de restabelecimento da infraestrutura elétrica da ETL, após identificação de corte e subtração dos cabos de alimentação, remoção de caixas de passagem e impossibilidade de testes de funcionamento dos painéis. Assim, a aquisição deve viabilizar a recomposição completa do sistema, preservando a capacidade de carga prevista e a configuração técnica definida pela área responsável.

4.1. REQUISITOS DE DESEMPENHO E GARANTIA

4.1.1 Desempenho Elétrico

- Método de Instalação: Os cabos devem ser próprios para o Método de Referência D da NBR 5410 (condutores unipolares em eletroduto enterrado no solo), com isolamento 0,6/1kV em HEPR resistente à umidade;
- Capacidade de Condução: Compatível com instalação em paralelo (2 cabos por fase) sob as condições de dissipação térmica do Método D;
- Comportamento Térmico: Adequado ao regime de operação contínua a 90°C e sobrecarga a 130°C;
- Compatibilidade: Flexibilidade para curvaturas, diâmetros, resistência elétrica máxima, características garantidas por norma ABNT NBR NM 280.

4.1.2 Garantia do Objeto

Prazo Mínimo: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação;

Cobertura: Defeitos de fabricação, falhas de desempenho elétrico e perda de integridade da isolamento sob condições normais de uso;

Substituição: Prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para substituição de materiais defeituosos após notificação;

Custos: Responsabilidade integral da contratada por todos os custos de logística, retirada e nova entrega.

4.1.3 Critérios de Aceitação do Material

Para o recebimento definitivo, serão verificados:

- Certificados: Apresentação de certificados de conformidade do fabricante e laudos de ensaios de rotina;
- Identificação: Marcação obrigatória na capa (bitola, tensão, norma, fabricante e selo INMETRO);
- Inspeção Visual: Ausência de avarias, dobras, cortes ou deformações na cobertura;
- Uniformidade: Verificação de que os cabos do mesmo lote possuem características idênticas para garantir o equilíbrio no paralelismo.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade administrativa, foram analisadas as alternativas tecnicamente possíveis para restabelecimento da alimentação elétrica da ETL, considerando o furto dos cabos do trecho entre o Quadro Geral de Baixa Tensão – QGBT e o Centro de Controle de Motores – CCM, fato que deixou a unidade sem tensão no painel principal e impossibilitou a realização de testes de funcionamento. Os documentos técnicos de vistoria e o boletim de ocorrência registram, ainda, a remoção de caixas de passagem e o comprometimento da infraestrutura do trecho afetado.

No levantamento das possibilidades, foram consideradas, em síntese, as seguintes alternativas:

- a) recomposição parcial do circuito, com aproveitamento de eventuais trechos remanescentes e execução de emendas;

b) recomposição integral do alimentador por meio da aquisição de novos cabos elétricos compatíveis com a instalação existente;

c) adoção de solução provisória ou improvisada, com restabelecimento temporário da alimentação elétrica por arranjo alternativo.

A alternativa de recomposição parcial com emendas foi afastada, pois não se mostra a mais segura nem a mais vantajosa sob os pontos de vista técnico e econômico, uma vez que a adoção de emendas sucessivas em trecho crítico tende a aumentar os riscos de falhas de isolamento, aquecimento por resistência de contato, redução da confiabilidade do circuito e recorrência de manutenção corretiva. Em sistema essencial à continuidade operacional da unidade, a multiplicação de pontos frágeis não atende ao interesse público nem à segurança da instalação.

Também foi afastada a hipótese de solução provisória, por não representar recomposição definitiva da infraestrutura subtraída, por manter o sistema exposto a maior risco operacional e por não restabelecer, de forma adequada, as condições originais de funcionamento do alimentador. Trata-se de alternativa que apenas posterga a necessidade de intervenção correta, sem entregar segurança, durabilidade ou estabilidade compatíveis com a relevância operacional da ETL.

Dentre as alternativas avaliadas, a solução que se mostrou técnica e economicamente mais vantajosa foi a **aquisição integral de novos cabos elétricos de potência**, com características compatíveis com a infraestrutura existente, destinados à recomposição completa do trecho entre o QGBT e o CCM. Essa solução atende melhor à necessidade da Administração porque assegura maior confiabilidade operacional, preserva a capacidade de carga requerida pelo sistema, reduz a probabilidade de falhas futuras e evita custos recorrentes com intervenções corretivas.

No aspecto mercadológico, trata-se de objeto padronizado e usualmente disponível no mercado especializado de materiais elétricos, não havendo, em princípio, complexidade extraordinária que impeça a disputa competitiva entre fornecedores. Assim, a contratação por pregão mostra-se compatível com a natureza do objeto, por se tratar de bem comum com especificações objetivas e comparáveis. O mercado oferece fabricantes e distribuidores aptos a fornecer cabos com as características exigidas, permitindo seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

A solução escolhida também atende ao objetivo de eficiência administrativa, na medida em que busca recompor de forma definitiva a infraestrutura elétrica atingida, com material novo, homogêneo e compatível com a configuração técnica definida pela área requisitante, evitando improvisações e reduzindo riscos de paralisações futuras da unidade.

6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

A definição do quantitativo foi elaborada com base na análise concreta da necessidade administrativa, nos registros constantes do relatório técnico de vistoria, no boletim de ocorrência e na validação técnica promovida pela área requisitante quanto à configuração necessária para recomposição integral da alimentação elétrica da ETL.

Os documentos de campo registraram que o trecho afetado entre o QGBT e o CCM possui aproximadamente 100 metros de extensão, tendo sido constatado o furto dos cabos de alimentação, com prejuízo direto à energização da unidade. Os mesmos documentos apontaram, em caráter preliminar, uma estimativa de 7 vias de cabos de 150 mm² para recomposição do trecho.

Entretanto, a partir da conferência técnica da configuração original do sistema e da capacidade de carga requerida para operação segura da ETL, a área demandante validou

que a recomposição integral do circuito deve observar a instalação de 8 vias de cabos, correspondentes a 2 cabos por fase e 2 cabos para o neutro. Esse refinamento técnico decorre da necessidade de manter a compatibilidade com a solução elétrica existente, preservar a capacidade de condução de corrente do alimentador e assegurar equilíbrio e confiabilidade operacional ao sistema.

Dessa forma, o objeto da contratação contempla os seguintes quantitativos estimados:

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Justificativa
1	Cabo flexível de cobre 0,6/1 kV, 90°C, HEPR, 150 mm², cor preta	200	m	2 x 100 m para fase R
2	Cabo flexível de cobre 0,6/1 kV, 90°C, HEPR, 150 mm², cor branca	200	m	2 x 100 m para fase S
3	Cabo flexível de cobre 0,6/1 kV, 90°C, HEPR, 150 mm², cor vermelha	200	m	2 x 100 m para fase T
4	Cabo flexível de cobre 0,6/1 kV, 90°C, HEPR, 150 mm², cor azul-claro	200	m	2 x 100 m para neutro

O quantitativo acima representa o volume estritamente necessário para recomposição integral do alimentador da ETL, considerando a configuração técnica validada pela área requisitante. Não se trata, portanto, de superestimativa, mas da consolidação da solução efetivamente necessária ao restabelecimento da alimentação elétrica da unidade, em conformidade com a infraestrutura existente e com os parâmetros operacionais do sistema.

A bitola de 150 mm² foi mantida por corresponder à solução técnica já identificada no local e por ser compatível com a instalação existente. A distribuição por cores também busca facilitar a correta identificação das fases e do neutro durante a futura reinstalação do circuito.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: O custo total estimado da contratação é de R\$ **118.376,00 (cento e dezoito mil e trezentos e setenta e seis reais)**, conforme tabela a seguir:



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Unitário Empresa 1	Unitário Empresa 2	Unitário Empresa 3	Unitário Empresa 4	MÉDIA UNITÁRIO	MÉDIA TOTAL	Código ComprasGov
1	Cabo flexível de cobre 0,6/1 kV, 90°C, HEPR, 150 mm², cor preta	200	Unid.	R\$ 150,68	R\$ 134,59	R\$ 142,62	R\$ 164,00	R\$ 147,97	R\$ 29.594,00	483332
2	Cabo flexível de cobre 0,6/1 kV, 90°C, HEPR, 150 mm², cor branca	200	Unid.	R\$ 150,68	R\$ 134,59	R\$ 142,62	R\$ 164,00	R\$ 147,97	R\$ 29.594,00	
3	Cabo flexível de cobre 0,6/1 kV, 90°C, HEPR, 150 mm², cor vermelha	200	Unid.	R\$ 150,68	R\$ 134,59	R\$ 142,62	R\$ 164,00	R\$ 147,97	R\$ 29.594,00	
4	Cabo flexível de cobre 0,6/1 kV, 90°C, HEPR, 150 mm², cor azul-claro	200	Unid.	R\$ 150,68	R\$ 134,59	R\$ 142,62	R\$ 164,00	R\$ 147,97	R\$ 29.594,00	
VALOR TOTAL									R\$ 118.376,00	

8. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS

Sob a ótica comparativa de custos, a aquisição integral de novos cabos elétricos mostra-se mais vantajosa para a Administração do que alternativas baseadas em recomposição parcial, reaproveitamento de remanescentes ou soluções provisórias.

Embora a recomposição parcial com emendas possa representar menor desembolso inicial, essa alternativa tende a elevar o custo global da solução em razão do maior risco de falhas, da necessidade de novas intervenções corretivas e da menor confiabilidade do alimentador da ETL. Da mesma forma, soluções provisórias não eliminam a necessidade de futura substituição definitiva, o que resulta em duplicidade de gastos e menor eficiência administrativa.

A aquisição integral de material novo, ainda que com custo inicial superior, apresenta melhor relação custo-benefício por proporcionar solução definitiva, maior durabilidade, redução da probabilidade de falhas e menor tendência de manutenção corretiva recorrente.

Conclui-se que a contratação da solução integral se mostra economicamente mais adequada, por evitar custos futuros adicionais e assegurar maior efetividade na recomposição da alimentação elétrica da ETL.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Embora o objeto possa ser descrito em quatro itens distintos, correspondentes às cores de identificação dos cabos destinados às fases e ao neutro, a solução técnica necessária ao atendimento da demanda exige tratamento integrado do fornecimento, uma vez que todos os condutores compõem um único alimentador elétrico da ETL. Assim, sob o ponto de vista funcional, os itens não possuem utilidade autônoma, mas sim atuação conjunta e simultânea para recomposição do circuito entre o QGBT e o CCM.

A justificativa para não se promover o parcelamento material da solução em contratações autônomas decorre, primeiramente, de razões técnicas. A configuração validada para o sistema exige a instalação de 8 vias de cabos de 150 mm², sendo 2 cabos por fase e 2 cabos para o neutro, em regime de paralelismo. Nessa condição, os condutores devem apresentar homogeneidade de características construtivas, elétricas e térmicas, de modo a garantir equilíbrio de corrente, segurança da instalação e confiabilidade do desempenho do alimentador. A fragmentação do fornecimento entre diferentes contratados ou materiais de origens distintas aumentaria o risco de divergências entre os cabos fornecidos, com potencial comprometimento da uniformidade exigida para operação segura do circuito.

Além do aspecto técnico, a solução não comporta execução parcial útil. A ETL encontra-se com sua alimentação elétrica comprometida em razão do furto dos cabos e da impossibilidade de energização do painel da unidade. Nesse contexto, o restabelecimento da alimentação depende da recomposição completa do trecho afetado, não havendo ganho operacional em entregas fracionadas ou em fornecimentos independentes que não resultem, ao final, no conjunto integral dos materiais necessários. A entrega incompleta ou dissociada comprometeria a efetividade da contratação e poderia prolongar a indisponibilidade da unidade.

Sob a ótica logística e administrativa, o fornecimento integrado também se mostra mais vantajoso, pois simplifica o recebimento, a conferência técnica, o controle contratual e a futura aplicação dos materiais. A concentração do fornecimento reduz o risco de divergência entre especificações, atrasos parciais, incompatibilidades entre lotes e dificuldades de responsabilização contratual em caso de desconformidades.

Conclui-se que, embora exista divisibilidade formal do objeto em itens descritivos, não se recomenda o parcelamento material da solução em contratações independentes, pois a recomposição do alimentador exige fornecimento tecnicamente homogêneo, integral e coordenado. Assim, a alternativa mais adequada ao interesse público é a contratação do



conjunto completo dos materiais necessários à recomposição da alimentação elétrica da ETL, preservando a segurança, a compatibilidade técnica e a efetividade da solução.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A presente contratação possui relação direta com a necessidade de restabelecimento da alimentação elétrica da ETL, em razão do furto dos cabos do trecho entre o QGBT e o CCM. Nesse contexto, trata-se de contratação correlata às atividades de manutenção e recomposição da infraestrutura elétrica da unidade, na medida em que o fornecimento dos cabos constitui etapa indispensável para posterior reinstalação do alimentador e retomada das condições normais de operação.

Embora o objeto deste ETP se restrinja ao fornecimento dos cabos elétricos, sua efetiva utilização depende de providências posteriores de natureza operacional, especialmente a instalação dos condutores, recomposição física do trecho afetado e restabelecimento das conexões elétricas necessárias à energização da unidade. Dessa forma, a contratação apresenta interdependência prática com as ações de manutenção que viabilizarão a aplicação dos materiais adquiridos na infraestrutura existente. O contrato 85/2025 que provém serviços continuados de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em sistemas eletromecânicos, será o responsável por fornecer a mão-de-obra necessária para instalação dos cabos.

A contratação não é isolada do ponto de vista funcional, pois se insere em um conjunto de providências voltadas ao restabelecimento da operação da ETL. Ainda assim, o fornecimento dos cabos constitui etapa autônoma e necessária, capaz de ser processada separadamente, desde que haja posterior adoção das medidas operacionais indispensáveis à reinstalação e energização do sistema.

11. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Plano de Contratações Anual está sendo elaborado em conjunto com o município de Itajaí. Portanto, no presente momento, ainda não há previsão sobre a contratação, especificamente, no PCA.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a presente contratação, pretende-se viabilizar a recomposição integral da alimentação elétrica da ETL, por meio do fornecimento dos cabos de potência necessários à reinstalação do circuito entre o QGBT e o CCM, restabelecendo as condições adequadas para posterior energização da unidade.

O resultado principal esperado é a disponibilização de material tecnicamente compatível com a configuração do sistema existente, em quantitativo suficiente para recompor integralmente o trecho afetado pelo furto, preservando a capacidade de carga requerida, a uniformidade dos condutores em paralelo e a segurança operacional da instalação. Busca-se, com isso, eliminar a condição atual de indisponibilidade causada pela ausência do cabeamento e criar as condições necessárias para a retomada do funcionamento regular da ETL.

Também se pretende assegurar maior confiabilidade à infraestrutura elétrica da unidade, mediante adoção de solução definitiva, com material novo e adequado, afastando alternativas precárias, provisórias ou baseadas em recomposição parcial com emendas. O fornecimento integral dos cabos permitirá reduzir riscos de falhas futuras, minimizar a probabilidade de



interrupções recorrentes e proporcionar maior estabilidade à operação da unidade após a reinstalação do alimentador.

A contratação busca atender ao interesse público com solução tecnicamente adequada, economicamente justificável e operacionalmente efetiva, permitindo à Autarquia recompor a infraestrutura atingida com maior segurança, padronização e previsibilidade. Espera-se, ainda, que o fornecimento adequado dos materiais contribua para reduzir a necessidade de intervenções corretivas futuras e para restabelecer a funcionalidade da ETL em bases mais seguras e confiáveis.

13. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Deverá ser promovida a revisão final das especificações técnicas dos cabos a serem adquiridos, de modo a assegurar plena correspondência entre o descritivo do objeto, a memória de cálculo do quantitativo, a configuração validada pela área técnica e as condições efetivamente necessárias à recomposição da alimentação elétrica da Estação de Tratamento de Lodo – ETL.

Como providência prévia relevante, a Administração deverá verificar as condições logísticas para recebimento, conferência e armazenamento dos materiais, considerando o porte dos cabos, a necessidade de preservação de sua integridade física e a futura utilização no restabelecimento do circuito.

Deverá ainda ser assegurado o adequado planejamento das etapas posteriores ao fornecimento, especialmente quanto à disponibilidade de equipe própria ou contratada para execução da instalação, recomposição do trecho afetado, restabelecimento das conexões elétricas e realização dos testes necessários à futura energização da unidade. Embora tais serviços não integrem o objeto principal desta contratação, sua previsão é necessária para garantir que o fornecimento dos materiais produza, na prática, os resultados esperados.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de cabos elétricos à ETL, não se tratando, por si só, de atividade potencialmente causadora de impacto ambiental significativo. Ainda assim, a aquisição e a futura utilização dos materiais envolvem aspectos que devem ser observados sob a ótica da responsabilidade ambiental, especialmente quanto ao correto acondicionamento, transporte, armazenamento e destinação dos resíduos eventualmente gerados na etapa posterior de instalação.

Entre os principais aspectos ambientais relacionados à solução, destacam-se a necessidade de adequada destinação de eventuais sobras de materiais, embalagens, resíduos de instalação e componentes remanescentes do sistema danificado, evitando-se descarte inadequado de materiais elétricos ou poliméricos. Também deve ser observada a destinação ambientalmente adequada de cabos inutilizados, trechos remanescentes sem aproveitamento e demais resíduos decorrentes da recomposição da infraestrutura.

Como medida mitigadora, a Administração deverá orientar para que, na etapa de aplicação dos materiais, sejam adotadas boas práticas de segregação, acondicionamento e destinação dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação e com os procedimentos internos aplicáveis. Sempre que possível, os materiais inservíveis deverão ser encaminhados para reaproveitamento, reciclagem ou descarte ambientalmente adequado, conforme sua natureza.

Também constitui medida mitigadora a escolha de solução definitiva para recomposição do circuito, com fornecimento de material novo e tecnicamente adequado, evitando improvisações, substituições recorrentes e intervenções corretivas repetidas, que tenderiam a ampliar a geração de resíduos e o consumo de materiais ao longo do tempo.

Os impactos ambientais associados à contratação são reduzidos e passíveis de adequado gerenciamento, desde que observadas as medidas de controle relacionadas ao manuseio, armazenamento e destinação dos materiais e resíduos vinculados à futura reinstalação do sistema.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO)

1 - Viável

Diante dos elementos levantados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é viável, necessária e razoável, uma vez que visa atender demanda concreta da Administração relacionada à recomposição da alimentação elétrica da ETL, comprometida em razão do furto dos cabos do trecho entre o QGBT e o CCM.

A necessidade encontra-se devidamente caracterizada por registros técnicos e administrativos que evidenciam a interrupção do fornecimento de energia ao painel principal da unidade, a remoção de elementos da infraestrutura e a impossibilidade de funcionamento adequado da ETL nas condições atuais. A solução proposta, consistente no fornecimento de novos cabos elétricos compatíveis com a instalação existente, mostra-se tecnicamente adequada para recomposição integral do alimentador, em conformidade com a configuração validada pela área requisitante.

Do ponto de vista técnico, a aquisição integral dos cabos é a alternativa que melhor atende à segurança, à confiabilidade e à efetividade esperadas para o restabelecimento da infraestrutura elétrica da unidade, afastando soluções parciais, improvisadas ou baseadas em emendas, que tenderiam a ampliar riscos operacionais e custos futuros de manutenção. Do ponto de vista econômico, embora demande investimento inicial superior ao de alternativas precárias, a solução escolhida se mostra mais vantajosa quando considerada a durabilidade do material, a redução da probabilidade de falhas e a recomposição definitiva do sistema.

Também se conclui que o objeto possui natureza de bem comum, com especificações técnicas objetivas e usuais de mercado, o que torna adequada sua contratação por meio de procedimento licitatório competitivo, apto a assegurar isonomia entre os fornecedores e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, considerando a necessidade administrativa identificada, a adequação técnica da solução proposta, a compatibilidade com a estrutura existente, a justificativa do quantitativo estimado, a viabilidade econômica da aquisição e o interesse público envolvido, manifesta-se este Estudo Técnico Preliminar favoravelmente à contratação pretendida, por entendê-la como medida adequada e suficiente para atender à demanda apresentada.

Recomenda-se à responsável pela segurança patrimonial das unidades e gestora do contrato de vigilância, a revisão do plano de segurança patrimonial da unidade, estendendo-o, inclusive, às demais unidades do SEMASA. Tal medida é necessária tendo em vista a recorrência de investidas criminosas e mostra-se imprescindível para salvaguardar o patrimônio público e garantir a eficácia da contratação deste objeto. O objetivo é mitigar a ocorrência de furtos que, além do prejuízo financeiro relevante, causam a paralisação de atividades essenciais e trazem graves prejuízos aos serviços prestados à sociedade.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCO 01			
Descrição/Dano: Especificação técnica inadequada ou incompleta dos cabos, resultando na aquisição de material incompatível com a necessidade da recomposição da alimentação elétrica da ETL.			
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média.	() Alta



Impacto : () Baixa () Média. (x) Alta	
Ação Preventiva	Responsável
Elaborar Termo de Referência com especificação técnica clara e completa, indicando seção nominal, classe de isolamento, material condutor, temperatura de operação, normas de referência, cores de identificação e quantitativo compatível com a configuração validada pela área técnica.	Redator do TR – Área requisitante
Ação de Contingência	Responsável
Caso seja identificada inconsistência antes da contratação, promover revisão técnica do descritivo e dos quantitativos. Caso o problema seja identificado após a entrega, recusar o material em desconformidade e exigir substituição pela contratada.	Fiscal do Contrato

RISCO 02	
Descrição/Dano: Atraso na entrega dos cabos pela contratada, prolongando a indisponibilidade da infraestrutura elétrica da ETL.	
Probabilidade: () Baixa (x) Média. () Alta	
Impacto : () Baixa () Média. (x) Alta	
Ação Preventiva	Responsável
Definir prazo de entrega compatível com a urgência da demanda, prever penalidades contratuais por atraso injustificado e acompanhar formalmente a execução contratual desde a emissão da ordem de fornecimento.	Redator do TR – Área requisitante
Ação de Contingência	Responsável
Notificar formalmente a contratada, aplicar as sanções cabíveis e adotar as medidas administrativas necessárias para evitar maior prejuízo à Administração, inclusive convocação de remanescente ou nova contratação, se necessário.	Fiscal do Contrato – Autoridade competente

RISCO 03	
Descrição/Dano: Fornecimento de material com defeito, avaria ou em desacordo com as condições exigidas, comprometendo a qualidade e a segurança da futura instalação.	
Probabilidade: () Baixa (x) Média. () Alta	
Impacto : () Baixa () Média. (x) Alta	
Ação Preventiva	Responsável
Prever no Termo de Referência critérios objetivos de recebimento, conferência do material no ato da entrega e exigência de substituição dos itens em desconformidade.	Redator do TR – Área requisitante
Ação de Contingência	Responsável
Recusar o recebimento ou registrar a desconformidade, notificando a contratada para substituição integral do material defeituoso ou incompatível, sem ônus para a Administração.	Fiscal do Contrato





RISCO 04	
Descrição/Dano: Reincidência de furto dos cabos elétricos após a instalação, devido à manutenção das vulnerabilidades de segurança física da unidade (ETL), resultando em novo prejuízo financeiro e interrupção dos serviços.	
Probabilidade: () Baixa () Média. (x) Alta	
Impacto : () Baixa () Média. (x) Alta	
Ação Preventiva	Responsável
Revisão do plano de segurança patrimonial da unidade, migrando da atual vigilância estática (guarita) para vigilância dinâmica com rondas periódicas e ostensivas no perímetro da Captação São Roque/ETL, avaliando a implementação de vigilância dinâmica ostensiva; instalação de sistema de monitoramento eletrônico (CFTV/alarmes com sensores de violação); reforço das barreiras físicas (cercas/muros) e implementação de controle rigoroso e sistematizado de acesso de pessoas e veículos à unidade.	Diretoria Administrativa / Gerência de Patrimônio.
Ação de Contingência	Responsável
Em caso de nova ocorrência: acionamento imediato das forças policiais (Polícia Militar/Civil) e registro de Boletim de Ocorrência; isolamento da área; abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades; acionamento da empresa de segurança contratada e avaliação de contratação emergencial para reposição do material.	Gerência de Patrimônio, Gerência de Água e Gerência de Manutenção.

RISCO 05	
Descrição/Dano: Fornecimento de material com defeito, avaria ou em desacordo com as condições exigidas, comprometendo a qualidade e a segurança da futura instalação.	
Probabilidade: () Baixa (x) Média. () Alta	
Impacto : () Baixa () Média. (x) Alta	
Ação Preventiva	Responsável
Manter no processo a validação técnica prévia da solução adotada, com conferência da configuração do circuito, bitola, quantidade de vias e requisitos mínimos para compatibilidade com a instalação existente.	Redator do TR – Área requisitante
Ação de Contingência	Responsável
Caso a incompatibilidade seja identificada antes do recebimento definitivo, promover a substituição do material. Caso constatada em etapa posterior, instruir tecnicamente as medidas corretivas cabíveis e apurar eventual responsabilidade contratual.	Fiscal do Contrato

RISCO 06	
Descrição/Dano: Fracasso da licitação, por ausência de propostas válidas, preços acima do estimado ou desinteresse de fornecedores, comprometendo a aquisição dos cabos necessários à recomposição da alimentação elétrica da ETL.	
Probabilidade: (x) Baixa () Média. () Alta	





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA

Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

Impacto : () Baixa () Média. (x) Alta	
Ação Preventiva	Responsável
Realizar pesquisa de preços consistente, elaborar especificações técnicas claras e compatíveis com o mercado, evitar exigências restritivas indevidas e estruturar adequadamente o Termo de Referência e o edital.	Redator do TR – Área requisitante
Ação de Contingência	Responsável
Caso o certame resulte fracassado ou deserto, revisar as condições do processo, reavaliar especificações e orçamento estimado, e promover novo procedimento com os ajustes necessários.	Redator do TR – Área requisitante

Itajaí SC, 11 de abril de 2026.

Gilnei Almeida de Souza
Eng. Eletricista

William de Melo
Gerente de Manutenção



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA

Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE CABOS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA DESTINADOS À RECOMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LODO (ETL) DO SEMASA,**

Fica também autorizado o envio do processo para a área requisitante para a elaboração do termo de referência.

Itajaí SC, 13 de abril de 2026.

Celso Hugo Praun Filho

Diretor Geral



MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

Processo Administrativo Nº 2026-MAN-102733

ANEXO II – MODELO – PROPOSTA DE PREÇO

Nome da Empresa		
CNPJ	Fone DDD	Fax com DDD
Endereço (Rua, Avenida, Estrada, etc.)		
Cidade	UF	CEP
e-mail:	Telefone Celular para contato	

Dados para crédito em conta por parte do SEMASA.

Banco	Agência	Conta Corrente

Objeto: **Fornecimento de Cabos Elétricos de potência destinados à recomposição da Alimentação Elétrica da ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LODO (ETL) DO SEMASA.**

1. VALOR DA PROPOSTA

1.1. Conforme descrito no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90°: condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor preta.			
2	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90°: condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor azul.			
3	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90°: condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor branca.			
4	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90°: condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor vermelha.			
VALOR GLOBAL em R\$						

1.2. Valor GLOBAL por extenso R\$ _____, ____ (valor por extenso)

DECLARAÇÃO

2. Declaramos que, nos preços propostos, estão inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas, transporte, salários, carga tributária, impostos municipais, estaduais e federais, as despesas indiretas, o lucro bruto da licitante e os demais custos mencionados nas especificações, constantes do **ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA**, necessários ao completo **fornecimento do(s) PRODUTO(S)**.

Declaramos ainda que:

3. O prazo de **validade da proposta** é de **60 (sessenta) dias**, a contar da data da sessão de abertura dos envelopes;
4. Que concordamos integralmente com todos os termos do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026** e seus **ANEXOS**.
5. Indicamos, a seguir, o representante legal da empresa para o caso de assinatura de contrato com o SEMASA:

NOME: _____

CARGO: _____

RG: _____

CPF: _____

TELEFONE: _____

DADOS BANCÁRIOS: _____

POSSUI ASSINATURA DIGITAL? ____SIM ____NÃO

Localidade, data, mês e ano

ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA E CARIMBO



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026

Processo Administrativo Nº 2026-MAN-102733

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N.º/2026

CONTRATO QUE CELEBRAM SERVIÇO MUNICIPAL DE
ÁGUA, SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA -
SEMASA E A EMPRESA
_____, REGENDO A
Fornecimento de Cabos Elétricos de potência
destinados à recomposição da Alimentação Elétrica da
ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LODO (ETL) DO
SEMASA

Por este instrumento que entre si celebram, de um lado, **SEMASA - SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA**, Autarquia Municipal com personalidade jurídica de direito público interno, adiante designada de **CONTRATANTE**, com sede na Rua Heitor Liberato, nº 1.189, Vila Operária, CEP 88303-101, em Itajaí/SC, inscrita no CNPJ sob nº 05.472.936/0001-39, representada neste ato por seu Diretor Geral, Celso Hugo Praun Filho, R.G. 749575 SSP SC, inscrito no CPF sob o nº. 453.950.559-91, e pelo seu Diretor Administrativo Financeiro, Salum dos Santos, R.G. de nº 3370410 SSP SC SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 018.130.519-41, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, com sede Rua _____, _____, bairro _____, CEP _____ - _____, _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, representada, neste ato, por seu Sócio(a) Administrador(a) e/ou Procurador(a) Sr(a). _____, , fica ajustado e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a Fornecimento de Cabos Elétricos de potência destinados à recomposição da Alimentação Elétrica da





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajaí.com.br

2

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE LODO (ETL) DO SEMASA, conforme as especificações constantes do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026** seus **ANEXOS**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ASSINATURA DO CONTRATO

A adjudicatária terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do recebimento, no caso de correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou a partir da data de envio do e-mail, no caso de correio eletrônico para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, bem como das sanções previstas no Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

O valor deste Contrato é de R\$ _____ (_____).

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90°: condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor preta.			
2	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90°: condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor azul.			
3	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90°: condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C.			





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

3

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
			Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor branca .			
4	200	metro	Cabo flexível de cobre 150 mm² - 0,6/1 kV HEPR 90° : condutor de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole, classe 5 de encordoamento (ABNT NM 280). Isolação em composto termofixo (HEPR - Borracha Etilenopropileno de alto módulo) para 90°C. Cobertura em PVC/ST2 (70°C) resistente à chama. Tensão 0,6/1 kV. Norma: NBR 7286, na cor vermelha .			
VALOR GLOBAL em R\$						

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

O prazo de vigência do contrato será de **40 (quarenta) dias**, **a contar do término do prazo de execução**, na forma do artigo 105 da Lei 14.133, de 2021 e com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município de Itajaí e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do contrato, a entrega será acompanhada e fiscalizada em todos os seus termos a qualquer tempo, pela **Diretoria de Saneamento**.

Além do acompanhamento e da fiscalização do(s) **PRODUTO(S)**, o servidor devidamente autorizado poderá, ainda, sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

CLÁUSULA SEXTA - DA ATESTAÇÃO

A atestação das notas fiscais/faturas e outros documentos caberá à **Diretoria de Saneamento** do **CONTRATANTE** ou servidor designado formalmente para esse fim.





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

4

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESPESA

Os recursos orçamentários necessários ao fornecimento **do(s) PRODUTO (S)**, no montante estimado de valor conforme **PROPOSTA DE PREÇO**, correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária **567 - 17.512.101.2.105.3.3.90.00.00**.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE ENTREGA

O prazo para fornecimento do(s) **PRODUTO(S)** deverá ser de **40 (quarenta) dias**, contados da assinatura deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DO LOCAL DE ENTREGA

O **PRODUTO** deverá ser entregue no período, em conformidade com as especificações técnicas do **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA** anexado ao edital, no seguinte local: **Rua Otto Hoier, 134, Itajaí – SC**. A entrega do(s) produto(s) deverá(ão) ser no seguinte horário: de segunda a sexta-feira em dias úteis, das 8h às 18h.

A contratada deverá informar previamente ao SEMASA a data e a hora da entrega, com, no mínimo, 2 dias de antecedência.

Fica o SEMASA isento de qualquer custo de transporte, carga, descarga, embalagens, seguros, tributos ou custos adicionais de qualquer natureza que venham a incidir sobre o(s) **PRODUTO(S)** constantes dessas especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

Provisoriamente, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei Federal 14.133/21;

Definitivamente, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “b” do dispositivo legal supracitado.

É ressalvada ao SEMASA a devolução dos **PRODUTO(S)**, se estes não estiverem dentro das especificações exigidas na licitação conforme especificações no **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026** em especial o seu **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

A assinatura do canhoto da nota fiscal ou protocolo em outros documentos indica tão somente o recebimento da mesma pelo SEMASA, sendo sua confirmação definitiva condicionada à conferência dos dados relacionados na nota fiscal dos equipamentos, relatórios ou outros documentos que se fizerem necessários.





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajaí.com.br

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO PAGAMENTO

Em até 30 (trinta) dias contados a partir do dia seguinte do recebimento da **Nota fiscal** e dos **PRODUTO(S)**. Na existência de erros, a fiscalização aguardará a regularização por parte da contratada, iniciando-se novo prazo para conferência e pagamento.

Deverá constar da NOTA FISCAL, o nome do banco, agência e o nº da conta bancária receptora do depósito, além do número desta Licitação, o nº do Contrato Administrativo, e/ou outros dados indispensáveis para a efetivação do pagamento.

As notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Serviço Municipal de Água Saneamento Básico e Infraestrutura – SEMASA (Autarquia do Município de Itajaí) deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF – de acordo com as normas vigentes (Decreto Municipal 12.984/2023).

Não serão efetuados, em hipótese alguma, pagamentos por meio de boletos bancários.

O SEMASA poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas, indenizações, encargos, tributos etc., devidos pela contratada, previstos em lei ou nos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou à correção monetária.

Em caso de atraso no pagamento, será aplicado sobre os respectivos valores, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE pro-rata die**.

A CONTRATADA deverá apresentar, quando do pagamento, Certidão Negativa de Débito do INSS, do FGTS e da JUSTIÇA DO TRABALHO, atualizadas, permitida apresentação via da internet, podendo ainda serem enviadas por e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AMPARO LEGAL

A lavratura do presente contrato decorre da realização do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026** realizado com fundamento na **Lei 14.133 de 01 de abril de 2021** e da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

6

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da lei.

Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância no todo ou em parte de qualquer dos itens ou condições do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026** e seus ANEXOS, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar esses itens ou condições e todos os outros, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si, ou seus sucessores e representantes no fornecimento deste contratado, isentando a última de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo e possibilitando o desconto nos valores se comprovado o dano.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

Caberá ao SEMASA:

- quando necessário, permitir o livre acesso dos funcionários da CONTRATADA às dependências do SEMASA, para a entrega do(s) **PRODUTO(S)** referentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026**.

- prestar as informações e os esclarecimentos, atinentes ao(s) **PRODUTO(S)**, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

- aprovar, quando necessário, o cronograma físico definitivo da entrega dos **PRODUTO(S)**, apresentado pela contratada;

- rejeitar o(s) **PRODUTO(S)**, entregue(s) equivocadamente ou em desacordo com as orientações passadas pelo SEMASA ou com as especificações constantes do Ato Convocatório, em particular, de seu **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

- solicitar que sejam substituídos o(s) **PRODUTO(S)** que não atender às especificações constantes no **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ENCARGOS DA CONTRATADA





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

Caberá à Contratada:

- responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como:

- a) salários;
- b) seguros de acidentes;
- c) taxas, impostos e contribuições;
- d) indenizações;
- e) vale-refeição;
- f) vale-transporte; e
- g) outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

- responder, ainda, pelos danos causados diretamente à Administração do SEMASA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, em decorrência da entrega dos equipamentos em apreço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo SEMASA;

- manter os seus técnicos e funcionários sujeitos às normas disciplinares do SEMASA, porém sem qualquer vínculo empregatício com o Órgão;

- respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do SEMASA;

- arcar com a despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos no recinto do SEMASA;

- responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do SEMASA, quando esses tenham sido ocasionados por seus técnicos e funcionários durante a execução deste Contrato;

- apresentar, quando solicitado, para aprovação do SEMASA, no prazo de 2 (dois) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de serviço, o cronograma físico definitivo;

- responsabilizar-se por todo transporte necessário a entrega do(s) **PRODUTO(S)**, documento e outros em relação ao objeto contratado, bem como por ensaios, testes ou provas necessárias, inclusive os mal executados;

- entregar o(s) **PRODUTO(S)**, constante desta licitação em conformidade com o respectivo planejamento, normas e especificações técnicas e, ainda, com as instruções emitidas pelo SEMASA;





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

8

- responsabilizar-se pela perfeita entrega do(s) **PRODUTO(S)**, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos;
- comunicar à(o) **Diretoria de Saneamento** do SEMASA qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- a contratada deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo SEMASA, atender aos chamados da **Diretoria de Saneamento** no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação oficial;
- inteirar-se, junto ao SEMASA, por intermédio da **Gerência de Suprimentos e Patrimônio**, dos detalhes de entrada e saída na área de prestação de serviços, de seu pessoal, veículos, equipamentos, materiais e demais pertences de sua propriedade, adotando as medidas de segurança exigidas;
- faz parte integrante deste contrato a **PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇO**, juntada ao processo de licitação;
- cumprir cada uma das normas regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho, e
- manter, durante toda a execução do objeto do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS.

À **CONTRATADA** caberá assumir:

- responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o SEMASA;
- todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à execução do objeto contratado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026**.
- a inadimplência da contratada com referência aos encargos





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do objeto contratado, não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026**, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o SEMASA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

É expressamente proibida, por parte da contratada, durante a execução do objeto contratado, a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do SEMASA.

A contratada fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026**, salvo se houver prévia autorização da Administração do SEMASA.

A contratada não pode transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia anuência da Administração.

A contratada não pode, de qualquer maneira, fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto Municipal nº 11.063/17 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos na [Lei nº 14.133/21](#), desde que haja interesse da Administração, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

No interesse da Administração do SEMASA, o objeto do **PREGÃO ELETRÔNICO N° 19/2026** poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições os aumentos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite ora previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado da nota de empenho.

As supressões resultantes de acordo celebradas entre os contratantes





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

poderão ser maiores do que o disposto nesta condição, desde que resultantes de acordos celebrados entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 4.133/13, a Contratada que inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não manter a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- **multa moratória** de até **0,5% (zero vírgula um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, **até o limite de 30 (trinta) dias**:

Em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á **multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)** do valor do contrato por dia de atraso, **observado o máximo de 30% (trinta por cento)**, de modo que o **atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias** autorizará a Administração contratante a promover a extinção do contrato;

As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- **multa compensatória** de até **30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- **impedimento de licitar e de contratar** com o SEMASA e descredenciamento no Sicaf, pelo prazo de até 03 (três) anos;





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

- **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

Também fica sujeita às penalidades a Contratada que:

- tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em favor do SEMASA, deduzidos da garantia ou, ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção.

- Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A extinção do contrato poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da Administração do SEMASA, nos casos enumerados no [art. 139 da Lei nº 14.133/21](#), notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos;

- amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**, desde que haja conveniência para a Administração da SEMASA;

- judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

A extinção administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO

Este contrato fica vinculado aos termos do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026**, cuja realização decorre da autorização do Diretor Geral.





SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Os preços a serem contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado, em **14/04/2026**.

Caso o prazo acima exceda 12 (doze) meses, os preços contratuais serão reajustados de acordo com o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE**, tomando-se por base **as determinações constantes no art. 92, § 3º da lei 14.133/21**.

A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data do reajuste, **atendendo, portanto, o disposto no Art. 92, § 3º da Lei 14.133/21 e de acordo com a vigência do contrato**.

Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou o saldo contratual passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA GARANTIA

O prazo de garantia contratual dos bens/produtos, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Sendo necessário o encaminhamento para troca, ou qualquer outro procedimento por parte do SEMASA do(s) **PRODUTO(S)** dentro do prazo da garantia, o transporte dos mesmos correrá por conta da empresa licitante, bem como o deslocamento de seus técnicos até o SEMASA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual no Foro da comarca de Itajaí,



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA
SANEAMENTO BÁSICO
E INFRAESTRUTURA



Rua Heitor Liberato • 1189 • Vila Operária
88303-101 • Itajaí • Santa Catarina
Fone: 0800 645 0195 • 47 3344-9000
www.semasaitajai.com.br

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Itajaí/SC, ____ de _____ de 2026.

Celso Hugo Praun Filho
Diretor Geral

Salum dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Nome da Empresa
Nome do Representante Legal
Cargo / Função